



PIONEIRO
Cesar Mendes criou a FiloCzar, uma das poucas livrarias da periferia de São Paulo

Para ler o mundo

Plano de Leitura se junta a iniciativas que buscam levar o universo da leitura, do livro e da biblioteca a um número maior de paulistanos

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Para uma personagem como Thyaneddy Alves, 23 anos, negra, mulher e moradora da periferia, tornar-se escritora parecia um enredo improvável no cenário do Brasil, onde 94% dos autores são homens e 73% são brancos (conforme pesquisa da professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília, divulgada em 2012). Mas Thyaneddy deu um jeito de escrever a própria trama. Não só se inventou poeta e organizou um evento literário, o Sarau da Ponte para Cá, em Campo Limpo, zona sul, como publicou no final do ano passado seu primeiro livro, a coletânea de poemas *Em reticências*, por um selo que criou com os amigos e batizou de Academia Periférica de Letras. “Venci as estatísticas”, comemora na contracapa.

Sem interesse pelos autores que conheceu na escola (“Drummond não me representa”, diz), Thyaneddy bebe nas palavras das poetisas das quebradas: nomes como Débora Garcia, Jenyffer Nascimento ou Elizandra Souza. “Se uma delas escreve sobre o sangue que jorrou de uma situação, desde um parto, a menstruação ou uma agressão, dá para sentir o cheiro no livro”, comenta Thyaneddy numa noite de fevereiro, enquanto autografa um exemplar do seu livro em uma funilaria do Socorro, na periferia sul de São Paulo.

Funilaria? Isso mesmo. Uma funilaria que também é biblioteca comunitária, com 600 livros colocados à disposição de quem quiser no bairro, e que uma vez por mês também vira palco para o Clamarte, um sarau de música e poesia. O dono da oficina, Gilmar



AUTOR • Donato criou o projeto de lei que deu origem ao Plano Municipal

da por bares e igrejas evangélicas, as estantes apinhadas com 3 mil livros chamam a atenção de quem passa pela rua. “Tem gente que entra aqui e conta que nunca tinha visto uma livraria na vida”, diz César. No bairro, os livros ainda são objetos raros, e a leitura uma atividade exótica. “A biblioteca pública mais próxima fica a 40 minutos de ônibus”, conta. Sem livros à mão, ele encontrou as primeiras leituras nos jornais amassados que a família usava para embulhar compras. Não parou mais – apesar dos conselhos das pessoas à sua volta, que diziam: “não leia tanto, senão vai ficar doido”.

“O livro não é uma experiência de massa. Ainda somos basicamente uma sociedade oral”, avalia César. Há quatro anos, ele abandonou o emprego de professor de filosofia na rede pública e decidiu fazer sua parte para mudar o que puder dessa realidade, criando a FiloCzar. A livraria, explica, serve para financiar uma escola livre, que inclui cursos, seminários, cafés filosóficos, cineclube, uma biblioteca comunitária e a editora, que já publicou 13 livros. A única funcionária do empreendimento é sua irmã. Contratada com carteira assinada, ele ressalta. “Uma coisa que [o filósofo alemão] Karl Marx

ensina é que não devemos explorar”, afirma, destacando um dos aprendizados que ganhou com a leitura.

DIREITO ESSENCIAL

Tanto Casulo (o poeta-funileiro-artista-plástico do Socorro) como César (o livreiro-filósofo-editor do Parque Santo Antônio) participaram dos debates realizados pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), no ano passado, que desembocaram na criação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, nascido de um projeto de lei do vereador Antonio Donato

(PT), presidente da CMSP. Para César, é um plano que deveria ter sido criado há muito tempo. “O mérito dessa lei é colocar em xeque um modelo de sociedade em que o livro não é contemplado”, afirma.

Os números dão razão a ele. Pesquisa da Escola do Parlamento da CMSP realizada neste ano aponta que 52,4% dos paulistanos nunca leram ou pouco leem livros. E tem mais. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), elaborado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostra que 27% das pessoas entre 15 e 64 anos são analfabetas funcionais, incapazes de interpretar textos simples ou entender um gráfico.

E o ambiente escolar ainda está longe de conseguir transformar seus alunos em leitores. Prova disso são os 53 mil estudantes que, em 2015, tiraram nota zero na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São milhares de jovens que passaram boa parte da vida entre os muros da escola e mesmo assim não aprenderam algo tão básico como pegar uma caneta e discorrer sobre um tema numa folha de papel. Simplesmente porque a leitura não faz parte do seu mundo.

Foi com o objetivo de promover esse hábito e combater os altos índices de analfabetismo funcional que o governo federal criou, em 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura. “O direito à leitura é imprescindível, pois é a chave para o acesso a todos os outros direitos”, afirma José Castilho Marques Neto, secretário-executivo do Plano Nacional. Os estudantes reprovados na redação do Enem são um bom exemplo, segundo ele. “São jovens que não conseguiram acesso ao ensino superior por defici-

Projetos e leis que tratam da leitura

Leis

16.333/2015 | Antonio Donato (PT)
Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB)

14.999/2009 | Eliseu Gabriel (PSB)
Institui a Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura

14.477/2007 | Noemi Nonato (PR)
Cria a Semana da Leitura

Projetos de lei (*)

547/2014 | Alfredinho (PT)
Cria o programa Leitura nos Ônibus, com espaço para livros dentro dos veículos

266/2014 | David Soares (Democratas)
Cria a Parada Cultural, com bibliotecas nos pontos de ônibus

179/2014 | Claudinho de Souza (PSDB), Edir Sales (PSD), Eliseu Gabriel (PSB), Jean Madeira (PRB), Ota (PSB), Reis (PT), Toninho Vespoli (PSOL)
Amplia as atribuições da Biblioteca Mário de Andrade

517/2013 | Paulo Fiorilo (PT)
Institui o Programa Vale-Leitura aos profissionais de educação do Município de São Paulo

(*) Da atual Legislatura

INICIATIVA • Casulo comanda um sarau literário em sua funilaria, na zona sul de SP



Ribeiro Santos, 41 anos, o Casulo, desembestou a escrever aos 15 anos, após descobrir Machado de Assis na escola. Mas só se convenceu de que poderia virar um escritor quando conheceu o Sarau da Cooperifa, organizado pelo poeta Sérgio Vaz, um dos primeiros representantes do movimento de saraus que tomou conta da periferia paulistana a partir da virada do milênio.

Casulo escolheu fazer uma poesia com “um cunho social e político muito forte”, porque acha “muito egoísmo um autor falar só do próprio umbigo”. “O escritor tem que descer do pedestal”, diz. Seu primeiro livro, *Dos olhos pra fora mora a liberdade*, saiu publicado pela FiloCzar, uma editora-biblioteca-livraria que funciona na casa do seu proprietário, César Mendes da Costa, 36 anos, no Parque Santo Antônio, também na zona sul.

A FiloCzar é uma raridade: uma livraria localizada na periferia paulistana. Em meio à paisagem domina-



MUDANÇA • Para o educador Ruivo Lopes, leitura é ferramenta pra transformar realidades

(os sarasus também são um bom exemplo de mediação de leitura). O terceiro eixo leva o nome de “valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico” e significa transformar o incentivo à leitura em política de Estado e criar ações para conscientizar a população sobre a importância do ato de ler. O quarto eixo é o desenvolvimento da economia do livro, por meio de ferramentas que incentivem a produção, a distribuição e a circulação de títulos.

Hoje, dez anos após a aprovação, o Plano Nacional conseguiu provocar mudanças importantes, segundo o secretário-executivo. “Em 2005, o Brasil tinha mais de 1.700 cidades sem biblioteca. No final de 2010, já eram mais ou menos 30”, compara. O número de municípios sem biblioteca só não vai a zero, segundo ele, porque é um dos

primeiros serviços que as pequenas prefeituras costumam cortar assim que ficam sem dinheiro.

Por isso, Marques Neto acredita que o Plano Nacional do Livro e Leitura só vai se realizar para valer quando todas as cidades do Brasil tiverem o seu próprio. “Com a aprovação dos planos municipais, os programas de leitura deixam de depender da vontade dos prefeitos e se tornam uma política de Estado”, diz. Nesse sentido, ele afirma que o PMLLLB paulistano seguiu o caminho correto: “o de São Paulo é um texto feito rigorosamente a muitas mãos”.

A VÁRIAS MÃOS

De fato, as primeiras articulações que levaram à criação do plano paulistano vieram de baixo para cima. Começaram em 2012, a partir de encontros que reuniam pessoas interessadas em pensar políticas públicas para a

leitura e o livro na cidade. Entre eles, estavam a ONG Literasampa, o centro de pesquisa Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul – Países Árabes (BibliASPA), os integrantes do Sistema S (Senai, Sesc e Sesi) e o Fórum Mudar São Paulo, que naquele ano lançou um manifesto chamado *Por uma política do livro e do incentivo à leitura para o Município de São Paulo*.

A partir daí, o debate iniciado na sociedade avançou por Executivo e Legislativo adentro. Em 2014, o prefeito Fernando Haddad (PT) publicou uma portaria intersecretarial criando um Grupo de Trabalho (GT) encarregado de criar a versão paulistana do Plano Nacional do Livro e Leitura. Ao grupo, além das entidades da sociedade civil que já vinham conversando sobre as propostas, juntaram-se representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal. O plano paulistano manteve os quatro eixos do nacional e acrescentou um, a literatura.

O Grupo de Trabalho realizou dezenas de encontros públicos, além de plenárias temáticas e regionais. “Existe em São Paulo uma cena muito forte da sociedade civil na área de livro e leitura e isso foi determinante para a construção do Plano Municipal do Livro”, avalia o bibliotecário Ricardo Queiroz Pinheiro, assessor parlamentar do vereador Donato, que atuou no GT como representante do Legislativo.

Donato levou o texto redigido pelo grupo diretamente ao Plenário da CMSP, na forma de um substitutivo para o projeto de lei (PL) 168/2010, que já havia sido aprovado em primeira votação no ano de 2010, antes de Donato deixar a vereança para atuar como secretário de governo da Prefeitura, cargo em que permaneceu até 2013. “Com isso, conseguimos dar agilidade à



EVENTO • Eliseu Gabriel criou a Semana de Incentivo à Leitura

tramitação do Plano, que só precisou de mais uma votação para ser aprovado”, explica Pinheiro. Após passar em Plenário sem modificações, o Plano Municipal foi sancionado pelo Executivo em 18 de dezembro, tornando-se a Lei 16.333/2015.

A diversidade dos participantes das discussões, que incluía a presença de coletivos de leitura, pequenas editoras e movimentos periféricos, chamou a atenção. “Os debates no processo de elaboração do Plano Municipal mostraram que o livro no Brasil deixou de ser um objeto restrito à elite”, afirma o editor Haroldo Ceravolo, que na época presidia a Liga Brasileira de Editores (Libre) e foi um dos membros do GT que redigiu o Plano.

As novas vozes da literatura brasileira, contudo, ainda precisam brigar para conquistar seu espaço. “A produção literária das pequenas editoras, dos sarasus de periferia, das mulheres e dos negros não tem espaço nos jornais, não chega às livrarias e

ainda é pouco representada nas bibliotecas públicas”, aponta Haroldo. Numa (nova) palavra, o que falta é bibliodiversidade – que Haroldo define como “o conceito de que devemos ter o máximo possível de editoras representando o maior número possível de vozes da nossa sociedade”.

O termo aparece no texto aprovado do Plano Municipal, que propõe “o estímulo à bibliodiversidade em todas as suas formas”, inclusive na compra de obras para as bibliotecas públicas e escolares. Por essas e outras medidas da lei, Haroldo acredita que o impacto pode ser revolucionário. “Se o roteiro previsto no Plano Municipal for implementado, pode mudar o panorama do livro na cidade de São Paulo”, afirma o editor.

LETRA, GALHO E PASSARINHO

Numa conferência em que contou sobre suas primeiras leituras, Paulo

Freire, um dos maiores educadores do Brasil, demorou a falar de letras e palavras. Em vez disso, falou de passarinho, árvore, cachorro. Relembrou o quintal da casa onde engatinhou pela primeira vez, os galhos doces à sua altura onde conseguia subir, o canto do sanhaço e do bem-te-vi, o verde da manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada, o amarelo esverdeado da mesma manga amadurecendo. Tudo era leitura. É que, antes de conhecer as letras, o menino já lia a realidade ao seu redor. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”, afirma Freire, no livro *A importância do ato de ler*, que transcreve uma conferência de 1981. Segundo o educador, a leitura da palavra escrita só ganha sentido quando vem carregada das significações da

ESTREIA

 • Thyaneddy Alves no lançamento do seu primeiro livro, *Em reticências*


experiência de vida de quem a lê.

Daí que um dos obstáculos para a expansão da leitura é a distância que muitos brasileiros sentem em relação aos livros, vistos como objetos exóticos, que não fazem parte das suas vidas. Na CMSP, há dois PLs que buscam aproximar os livros do dia a dia da população aproveitando a estrutura do transporte público. Um deles é o 266/2014, de David Soares (Democratas), que propõe a criação de bibliotecas nos pontos de ônibus, num espaço batizado de Parada Cultural. Já o 547/2014, de Alfredinho (PT), cria o Programa Leitura nos Ônibus e prevê a instalação das bibliotecas

dentro dos próprios veículos.

Uma prática semelhante ao dos projetos já é feita pelo coletivo Perifaticidade, que instala pequenas bibliotecas em locais como bares, salões de cabeleireiros ou ocupações de sem-teto. “O objetivo é fazer com que os livros se tornem mais familiares, corriqueiros. Aumenta a chance de que sejam lidos”, explica Ruivo Lopes, membro do coletivo e educador da ONG Ação Educativa.

Ruivo, que atuou nos debates do Plano Municipal do Livro como representante dos saraus de periferia, define-se como um “leitor tardio”, por só ter descoberto os livros durante a adolescência. Em casa, na pe-

riferia da Baixada Santista, só havia uma Bíblia e um livro de receitas. Sua escola possuía biblioteca, mas não era um ambiente acolhedor. “Uma vez tentei entrar ali com um grupo de amigos, mas a bibliotecária não deixou, porque disse que a gente iria ‘mexer no acervo’”, lembra.

Superar a cultura das bibliotecas de portas fechadas, que se preocupam mais com os livros nas estantes do que com as pessoas que poderiam usá-los, é outro dos desafios para chegar a um país de leitores. “Lembra das salas trancadas com livros sem uso que os estudantes da rede estadual descobriram quando ocuparam as escolas, no final do ano passado? Isso ainda é muito comum em algumas bibliotecas. É o pensamento patrimonialista, de que a função mais importante de uma biblioteca é preservar os livros”, afirma Ricardo Queiroz, assessor do vereador Donato.

Os profissionais da área nunca foram muito de se misturar. “O bibliotecário sempre teve resistência a participar de fóruns de debates”, reconhece Waltemir Nalles, coordenador do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, formado por 54 bibliotecas, 14 pontos de leitura, 13 bosques de leitura e 12 ônibus-biblioteca, além das 46 unidades dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Prova disso é o fato de o movimento dos saraus de literatura periférica ter surgido em locais como bares, praças ou até funilarias. “Nossas portas não estavam abertas para essas pessoas”, reconhece Nalles. Mas ele também afirma que as coisas estão mudando. Hoje, muitos saraus já realizam edições dentro de bibliotecas.

Para prosseguir no processo de aproximação entre esses locais e a comunidade, o Plano Municipal da Leitura prevê a criação de “horários



APRENDIZADO
Alunos participam da
Semana de Incentivo à Leitura

Semana incentivativa leitura nas escolas

“O estudo e, especialmente, a leitura são necessidades permanentes. São ‘causas’ de todos: governo e povo”, afirma o professor e vereador Eliseu Gabriel (PSB) na justificativa do projeto que deu origem à lei 14.999/ 2009, que criou a Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura.

Organizado pelas secretarias municipais da Cultura, da Educação e da Assistência Social, em parceria com a Câmara Municipal, o evento ocorre na segunda semana de abril e está em sua quinta edição. A ideia é apresentar palestras, simpósios, shows, concursos, gincanas e outras vivências que estimulem a leitura. No ano passado, reuniu cerca de mil pessoas.

Escritores de destaque já passaram pela Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura, entre eles Heloisa Prieto, Rodrigo Lacerda, Victor Scatolin, Lúcia Hiratsuka e o multipremiado Milton Hatoum.

alternativos de funcionamento” – o único jeito de garantir o acesso à maioria dos trabalhadores, que não tem como frequentá-los em horário comercial.

Outra medida do Plano paulistano para as bibliotecas busca ampliar a variedade dos títulos presentes nas estantes, que hoje ignoram os au-

tores independentes e as pequenas editoras. Segundo Nalles, a seleção de livros é quase toda baseada nas resenhas dos jornais e das revistas de grande circulação, que geralmente só têm olhos para as grandes editoras. Para ampliar o leque das escolhas, foi criada uma comissão, formada por representantes da sociedade civil e

das secretarias da Educação e Cultura, que vai definir uma política para o desenvolvimento das coleções de livros das bibliotecas públicas da cidade. A novidade é uma das consequências do Plano Municipal do Livro.

Para mostrar como a aproximação com as comunidades pode fazer bem para as próprias bibliotecas, Nalles conta o caso da Menotti del Picchia, no Limão, zona norte, que volta e meia era vítima de invasores que praticavam furtos e quebra-quebra no local. “Depois que a instituição se abriu para receber os saraus e outros eventos, acabou a depredação. Hoje podem deixar a porta aberta que não tem problema. A aproximação com a comunidade muda tudo”, aponta o coordenador.

E mudanças têm tudo a ver com a leitura. Lembra Ruivo Lopes: “A vivência do mundo nos ensina a ler a realidade apenas como ela é. A capacidade de imaginar outras realidades depende da cultura e das artes”. Ou, como escreveu o inglês Neil Gaiman (um dos escritores que despertou no autor desta reportagem a paixão pela escrita que o levou a se tornar jornalista), “a ficção pode levar você a um lugar onde nunca esteve e, uma vez que tenha visitado outros mundos, nunca mais ficará inteiramente satisfeito com o mundo onde cresceu”. Essa insatisfação, ensina Gaiman, é boa: “Pessoas insatisfeitas podem modificar e aprimorar os seus mundos”.

SAIBA MAIS

Livros

A importância do ato de ler. Paulo Freire. Cortez, 1989.

O direito à literatura. Artigo do livro *Vários Escritos*. Antonio Candido. Ouro Sobre Azul, 2004.

Metas do Plano Municipal de Leitura

- **Divulgar bibliotecas** em meios de comunicação e placas de rua
- Criar **horários alternativos** para bibliotecas
- **Integrar autores** da comunidade aos acervos das bibliotecas
- Criar comissão para **articular ações** da prefeitura e da sociedade sobre o tema
- Introduzir **livros no dia a dia** das pessoas, em terminais de ônibus, cestas básicas, feiras
- **Valorizar ações** de mediação de leitura
- **Estimular** editoras independentes e pequenas livrarias
- Adotar programas **para reduzir o preço** de livros

Fonte: Lei 16.333/2015